An aerial photograph of a paved plaza, likely in a public square. The ground is composed of large, light-colored stone tiles. In the center, there is a large, square, decorative tile pattern with a diamond shape inside. Numerous silhouettes of people are scattered across the plaza, some walking, some standing, and some sitting. The shadows are cast long and dark, suggesting a low sun position. The overall scene is a busy public space.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza
(Organizadores)

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022



Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza
(Organizadores)

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A sociologia e as formações sociais

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 A sociologia e as formações sociais / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Wesley Anderson de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0663-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.631222009>

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Souza, Wesley Anderson de (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Apresentamos a obra “Sociologia e as Formações Sociais”. A sociologia é uma ciência que se concentra no estudo das relações formadas entre os seres humanos e o ambiente em que vivem, incluindo a participação em comunidades, grupos e organizações. Parte dos seus interesses de investigação relacionam-se com as mais diversas culturas e formações sociais. Este trabalho está organizado em 6 capítulos teóricos cujos objetivos confirmam a compreensão e classificação das formações sociais, comunidades e agrupamentos humanos. O tema do primeiro capítulo é “A Presença Moura no Brasil na perspectiva de Gilberto Freyre e Câmara Cascudo” e gira em torno das seguintes palavras-chave: presença moura no Brasil, árabes e identidade nacional. O capítulo dois, “A Representação Simbólica do Negro no Livro Didático Escolar: Uma Leitura de Norbert Elias. Capítulo três, “O problema ambiental como problema social”. Capítulo quatro, “Sociologia do conhecimento: atualidade e pertinência”. Capítulo cinco, “Sociologia: surgimento e importância em diferentes cursos de graduação”. Capítulo seis, “Novas tecnologias e desafios à democratização do acesso: como a exclusão digital afeta os catadores de materiais recicláveis no Brasil”. A obra intercrusa, pesquisas e estudos de pesquisadores das seguintes instituições: Instituto de Cultura Árabe Brasileira, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Universidade Estadual do Paraná e da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com isso, a obra, acaba sendo um convite à imersão social e a reflexões sobre a Sociologia e as Formações Sociais. Desejamos a todos boa sorte na leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Wesley Anderson de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESENÇA MOURA NO BRASIL NA PERSPECTIVA DE GILBERTO FREYRE E CÂMARA CASCUDO	
Patricia Dario El-moor Hadjab	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220091	
CAPÍTULO 2	11
A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA LEITURA A PARTIR DE NORBERT ELIAS	
Ana Flávia Braun Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220092	
CAPÍTULO 3	27
O PROBLEMA AMBIENTAL COMO PROBLEMA SOCIAL	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220093	
CAPÍTULO 4	38
SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: ATUALIDADE E PERTINÊNCIA	
Adelcio Machado dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220094	
CAPÍTULO 5	45
SOCIOLOGIA: SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA EM DIFERENTES CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220095	
CAPÍTULO 6	61
NOVAS TECNOLOGIAS E DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: COMO A EXCLUSÃO DIGITAL AFETA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL	
Isabelle Vieira Barros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6312220096	
SOBRE OS ORGANIZADORES	71
ÍNDICE REMISSIVO	73

O PROBLEMA AMBIENTAL COMO PROBLEMA SOCIAL

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 10/08/2022

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Escola Superior de Educação – Insituito
Politécnico de Coimbra

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais – FCSH – Universidade Nova
de Lisboa

Coimbra – Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-0970-7331>

RESUMO: O presente texto, sob a forma de ensaio, tem como suporte uma revisão da literatura e desenvolve outras reflexões do autor sobre o tema. Num primeiro ponto faz-se a abordagem da construção de problemas sociais tendo por base a perspectiva construtivista. Num segundo ponto, com base nesta perspectiva, apresenta-se a transformação do problema ambiental em problema social tendo como ponto de partida a emergência do problema ambiental na sociologia assente nas reflexões sobre a modernidade e as transformações do risco, particularmente de Beck e Giddens.

PALAVRAS-CHAVE: Problema ambiental, problema social, sociologia dos problemas sociais.

THE ENVIRONMENTAL PROBLEM AS A SOCIAL PROBLEM

ABSTRACT: This text, in the form of an essay, is supported by a literature review and develops

other reflections by the author on the topic. At first, the construction of social problems is approached based on the constructivist perspective. Secondly, based on this perspective, the transformation of the environmental problem into a social problem is presented, starting with the emergence of the environmental problem in sociology based on reflections on modernity and the transformations of risk, particularly by Beck and Giddens.

KEYWORDS: Environmental problem, social problem, sociology of social problems.

1 | OS PROBLEMAS SOCIAIS

Na literatura sociológica desde finais do século XIX até ao presente, Rubington e Weinberg (1995) e Jamrozik e Nocella (1998) consideram a existência de sete perspetivas acerca dos problemas sociais: a) patologia social; b) desorganização social; c) conflito de valores; d) comportamento desviado; e) *labelling*; f) teoria crítica (perspetiva radical); g) construtivismo. As quatro primeiras inserem-se na perspetiva da sociologia positivista, enquanto as três últimas se inserem no campo da sociologia relativista. As diferentes perspetivas desenvolvem-se em torno da definição de problema social e do seu elemento central (Rubington e Weinberg 1995):

a) Patologia social: tem como elemento central as *peçoas* e define o problema social em torno da *violação de expectativas morais*;

b) Desorganização social: tem como elemento central as *regras sociais* e

define o problema social em torno da *falha no funcionamento das regras sociais*;

c) Conflito de valores: tem como elemento central os *valores e os interesses* e define o problema social em torno da *situação de incompatibilidade com os valores de um grupo social*;

d) Comportamento desviado: tem como elemento central os *papéis sociais* e define o problema social em torno da *violação de expectativas normativas*;

e) *Labelling*: tem como elemento central as *reações sociais* e define o problema social em torno do *resultado da reação social à alegada violação de normas ou expectativas*;

f) Teoria crítica (perspetiva radical): tem como elemento central as *relações entre classes sociais* e define o problema social em torno do *resultado da exploração da classe trabalhadora*;

g) Construtivismo: tem como elemento central *o processo de reivindicação* e define o problema social em torno do *processo pelo qual grupos sociais reivindicam que uma dada situação é um problema social*.

O presente texto desenvolve-se em torno da perspetiva construtivista, que se expõe a seguir.

A perspetiva construtivista dos problemas sociais surge na análise sociológica nos anos setenta do século XX. Emerge da insatisfação com uma postura objetivista dominante no estudo dos problemas sociais (Best, 1989 cit. in Jamrozik e Nocella, 1998, p. 30). Constitui-se como um desenvolvimento da perspetiva do labelling, e as suas bases teóricas assentam no trabalho de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a construção social da realidade (1966) (Jamrozik e Nocella 1998:30).

Para Berger e Luckman (1966), a sociedade é uma produção humana e o homem uma produção social. Esta é ao mesmo tempo uma realidade objetiva, porque é exteriorizada relativamente aos atores sociais, que a produzem, objetivada, por ser constituída por objetos autónomos dos sujeitos sociais e apercebidos intersubjetivamente, e subjetiva porque é interiorizada através da socialização. (Berger e Luckman, 1966, p. 69-ss.). Deste ponto de vista, os problemas sociais – enquanto percepção socialmente partilhada de que determinados conjuntos de fenómenos são disfuncionais ou patológicos, e que podem ser etiquetados (*labelled*) por uma designação comum que os torna reconhecíveis como alvos de preocupação pública, de reivindicação e de políticas de remediação – são construídos por catividades sociais de representação, significação e institucionalização que os objetivam como factos sociais – no sentido em que lhes conferem uma realidade intersubjetiva, independente das consciências individuais –, e como tal suscetíveis de se tornarem objetos de socialização. Neste processo de construção social, dados de observação preexistentes sobre fenómenos objetivos são reelaborados e conceptualizados em torno das categorias emergentes da preocupação pública, e novos elementos de facticidade (de acontecimentos

singulares a estatísticas e a resultados científicos) são produzidos pelos novos focos de atenção, de problematização e de produção de sentido.

A sociologia dos problemas sociais começou a passar por um conflito paradigmático fundamental com a aparição de um artigo seminal de Malcolm Spector e John Kitsuse (1973) intitulado “Social Problems: A reformulation”; na sua obra subsequente Spector e Kitsuse (1977), desafiavam a abordagem “estrutural-funcional” aos problemas sociais que até então tinha dominado a área de estudo. O funcionalismo, tal como foi exemplificado pelo trabalho de Merton e Nisbet (1971), tomou por certa a existência de problemas sociais (crime, divórcio, doenças mentais) como produtos diretos das condições objetivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis (HANNIGAN, 1995, P. 47).

Desde 1973 que a teorização dos problemas sociais vem gerando uma massa crítica de contribuições teóricas e empíricas (Hannigan, 1995, p. 48). Em cada caso, o que as análises construtivistas têm em comum é uma preocupação com a forma como as pessoas, os grupos sociais e as instituições determinam o significado do seu mundo (Best, 1989, cit. in HANNIGAN, 1995, p. 48)

Segundo Hannigan (1995), Spector e Kitsuse argumentaram que os problemas sociais não são condições estáticas, mas “sequências de acontecimentos” que se desenvolvem com base em definições coletivas. Em conformidade com esta definição, eles teorizaram os problemas sociais como as “atividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações às organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis”. O processo de criação de exigências é teoricamente mais importante do que a determinação da sua validade objetiva destas. Assim, o analista dos problemas sociais é impelido a centrar-se na forma como este problema é “gerado e sustentado pelas atividades de grupos de reclamação e respostas institucionais a elas”.

Ainda com base em Spector e Kitsuse (1977), Franco refere que,

“qualquer asserção sobre a factualidade das condições não deve ser interpretada como detendo um valor objetivo, mas como um juízo de realidade, ou seja, uma asserção que estabelece a realidade da condição definida. Neste sentido, as condições de um problema social não são objetivas, antes hipotéticas, reputadas ou meras suposições. Daí que a factualidade dos problemas sociais não seja considerada pertinente, nem constitua objeto” (FRANCO, 2003, p.19)

Assim, o “foco” não está no fenómeno social em si, mas nos processos através dos quais o fenómeno social é construído e interpretado. A presunção teórica da perspectiva construtivista distingue claramente o fenómeno social do fenómeno físico, sendo o fenómeno social interpretado como não tendo uma existência independente da percepção e da interpretação do observador (JAMROZIK E NOCELLA 1998, p. 30). No estudo dos problemas sociais, o enfoque da perspectiva construtivista é centrado principalmente nos processos através dos quais uma condição social é interpretada como problema social, e não a condição enquanto realidade objetiva; e, portanto, nos atores sociais envolvidos no

problema social, isto é, as pessoas que “reclamam” que uma condição particular constitui um problema social. “A identificação de um problema social é, portanto, vista como uma atividade reivindicativa” (SPECTOR E KITSUSE, 1977, p. 73).

Assim, para Rubington e Weinberg, (1995) a “definição de problema social” pode situar-se em dois pressupostos: um centrado na “situação” que é considerada problema, e segundo a qual um problema social “é uma alegada situação incompatível com um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para a alterar”, outro, centrado no “processo”, e que reflete a perspectiva de Spector, e Kitsuse (1977) para quem um problema social é constituído “pelo conjunto das ações que indivíduos ou grupos levam a cabo ao prosseguirem reivindicações relativamente a determinadas condições putativas”.

Spector e Kitsuse centram a sua observação nos processos sociais que fazem com que uma determinada questão receba da opinião pública a atenção devida a um problema social. “A ocorrência de problemas sociais depende da existência prolongada de grupos ou organizações que definem uma determinada situação social como um problema, e que procuram fazer qualquer coisa para o resolver. [...] O problema central de uma teoria dos problemas sociais é dar conta dos fatores de *emergência* e de *continuidade* das ações reivindicativas e das reações que elas provocam”. (Kitsuse e Spector, 1981 cit. in YEARLY, 1992, p.50)

De acordo com Best (1989) citado por Hannigan, “o construcionismo não é apenas útil como uma posição teórica, mas poderá ser igualmente útil como uma ferramenta analítica” (HANNIGAN, 1995, p. 50). A este respeito, sugere três focos para o estudo dos problemas sociais a partir de uma perspectiva construtivista: as próprias exigências; os formuladores das exigências e o processo de criação das exigências. Partindo deste último foco,

“Em cada fase do processo de definição coletiva, juntam-se novos fatores de configuração da carreira de um problema social. A fase de legitimação finaliza quando o problema social em questão adquire o estatuto de tópico de discussão pública, quando surgem reivindicações diferenciadas, dando lugar à situação de polémica sobre a natureza, causas e soluções do problema social” (FRANCO, 2003, p. 28).

Desenvolvendo-se este texto em torno duma perspectiva construtivista, é importante referir que “demonstrar que um problema social foi socialmente construído não é subvertê-lo ou desmascará-lo, pois quer as reivindicações válidas desencadeadas pelos problemas sociais, quer as inválidas, têm ambas que ser socialmente construídas” (YEARLEY, 1992, p. 185). Ou como refere Schmidt, “do mesmo modo que ‘desconstruir’ um problema ambiental não quer dizer que ele não exista na realidade, ‘construí-lo’ também lhe pode acrescentar dimensões que ele não tinha antes, passando estas a fazer parte da própria realidade do problema” (SCHMIDT, 1999, p. 111). Fica, sim, aberta a discussão entre as tendências construtivistas radicais, que se colocam na posição fenomenológica de suspensão de

juízo sobre a realidade objetiva dos alegados problemas e restringem os seus esforços de objetivação aos processos sociais de alegação e reivindicação; e as posições que poderíamos designar de construtivismo contextual, para as quais é importante não evacuar da agenda de investigação o papel da acumulação de condições objetivas, externas e eventualmente prévias ao sentido que a problematização social lhes virá a conferir, como plataforma de acordo intersubjetivo para a emergência de processos de problematização.

21 O PROBLEMA AMBIENTAL COMO PROBLEMA SOCIAL

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem uma origem muito longínqua, na pré-história – pensemos nas crescentes ruturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala –, e a atual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas (Carvalho, 2021). Como frisa Ost, (1995) citado por Carvalho, “se é em Descartes e noutros pensadores eruditos seus contemporâneos que comumente se procuram os indícios de uma rutura entre o homem e a natureza, “o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza” (Carvalho, 2021, p. 84). Contudo, o ritmo da conquista humana sobre a natureza, ao longo dos séculos, foi um processo muito lento, comparado com a rapidez do atual processo de deterioração do planeta. A aceleração dessa rutura inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial. No entanto, a emergência duma consciência ambiental tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX e, enquanto *problema ambiental*, e subsequentemente como problema social, apenas na década de oitenta do mesmo século começa a ganhar importância, particularmente no discurso sociológico.

“A dimensão e globalidade dos problemas ambientais ganham particular ênfase no discurso sociológico através dos debates sobre a modernidade, destacando-se as reflexões de Beck (1986, 1994 e 1998) e Giddens (1990). Beck, ao colocá-las no centro da sua teoria sobre a sociedade de risco, que designou de modernização reflexiva, que significa “a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (Beck, 1994:2). Giddens, ao integrar as questões ambientais nas consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista/industrial, embora não as colocando como problema central, mas como um entre outros” (Carvalho, 2021, p. 92)

As transformações do risco e da sua componente ambiental na sociedade moderna, mais especificamente na dimensão experiencial relevada por Giddens com as suas consequências ao nível da reflexividade social, levam à sua perspetivação a partir

de uma outra vertente da teoria sociológica, a da sociologia dos *problemas sociais*, atrás desenvolvida.

Assim, com base, no ponto anterior, os problemas ambientais, tal como em geral a percepção social do risco, são uma “construção social que se situa numa variedade de experiências negociadas” (Bird, 1987 cit. in HANNIGAN, 1995, p. 145). Para que as disfunções ambientais se tornem problemas sociais, é necessário que existam *grupos de pressão* cujos objetivos não só integram a procura de influência sobre as políticas relevantes, mas, sobretudo, procuram dar-lhe visibilidade de modo que cheguem à opinião pública com o carácter de problema, reforçando a legitimidade das suas alegações e reivindicações. Para tal, efetua-se um trabalho de *labelling*, pelo qual um conjunto de condições objetivas empiricamente disjuntas (por exemplo, a desflorestação, a finitude dos recursos energéticos, a perda da biodiversidade, a proliferação de armas nucleares, a explosão demográfica, as marés negras, as cheias em áreas urbanas, e mias recentemente as alterações climáticas...) é subsumida numa categoria de cobertura (por exemplo, degradação ambiental) que lhes confere um novo sentido unificador, no seio do qual se potenciam reciprocamente para efeitos de alegação e de construção de preocupação pública.

O êxito da construção de um problema social ambiental depende, de acordo com Hannigan, da confluência dos seguintes fatores:

- “autoridade científica para a validação das exigências;
- existência de “propagadores” que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência;
- atenção dos meios de comunicação social onde o problema é “estruturado” como novidade e importante;
- dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
- incentivos económicos para tomar uma ação positiva;
- emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade” (HANNIGAN, 1995, p. 75).

A legitimação e a institucionalização do problema ambiental requerem, assim, uma validação científica, uma divulgação eficaz e a existência de públicos receptores do problema.

A validação científica tem-se revelado muito importante na legitimação do problema ambiental, em dois aspetos principais. Por um lado, no conhecimento de processos objetivos subsumíveis no problema social, como parte do seu processo de objetivação: a consciencialização e a legitimação de problemas ambientais de carácter global, como a diminuição da camada de ozono, a perda de biodiversidade ou o aumento do efeito de estufa, só foram possíveis através das descobertas científicas. “A causa verde está intimamente ligada à ciência desde logo quando afirma que as coisas naturais impõem, das mais diversas maneiras, limites às nossas próprias opções” (YEARLEY, 1992: 116). Por

outro, pelo contributo dado na consolidação dos movimentos ambientalistas, que viriam a tornar-se os principais veículos de propagação do problema, e que se reclamam portadores de *autoridade científica*, como veremos adiante.

Contudo, na divulgação do problema, a mera existência dos movimentos ambientalistas não seria eficaz como *propagador* do problema se os *media* não veiculassem a mensagem de forma estruturada e institucionalizada. Horta (1997), com base em Luhmann, refere que “a comunicação é o elemento essencial da realidade social, e, é partir dela, e não da ação, que se configuram os sistemas sociais”. “Os peixes ou os seres humanos podem morrer porque nadar nos mares ou nos rios tornou-se pouco saudável. Os poços de petróleo podem secar e a média das temperaturas climatéricas pode subir ou descer. Mas enquanto não se comunicar sobre isto, estes factos não têm efeitos sociais” (Horta, 1997, p. 25).

Assim, “na passagem dos problemas ambientais de condições para assuntos, e depois para condicionantes da elaboração de políticas, a visibilidade mediática é crucial” (HANNIGAN, 1995, p. 79). Porque, como refere Paquete de Oliveira (1988: 85-86), na complexa sociedade de informação os “mass media” desempenham uma dupla mediação: Uma “mediação cognitiva”, enquanto dão notícia, relatam o que acontece, reproduzem “a realidade”, criam símbolos, percepções e “visões” do mundo; mas também uma “mediação estrutural”, enquanto no seu discurso sobre as coisas e as pessoas, sobre os acontecimentos, eles produzem a própria realidade, realizando assim num âmbito social mais largo e complexo, a estratégia de perpetuarem a sua própria forma expressiva, o entendimento possível do seu próprio discurso sobre os acontecimentos recorrendo à criação de códigos significativos e reinterpretativos da realidade.

Sem a cobertura dos meios de comunicação social, dificilmente os *problemas* entram na área do discurso público ou vêm a fazer parte do processo político, porque “é nos meios de comunicação social que circula o discurso da opinião pública” (RODRIGUES, 1984, p. 35). A comunicação social, para além de “veículo de opinião publicamente produzida nos espaços de debate e de convívio, tornou-se, pouco a pouco, produção de opinião, substituindo-se assim, ao trabalho de elaboração coletiva que orientava o projeto iluminista, reservando esse trabalho a uma classe profissional, aos profissionais da mediação” (RODRIGUES, 1990, p. 41).

A comunicação social surge assim como importante veículo de intermediação na divulgação das questões ambientais, já que “muitos de nós dependemos dos meios de comunicação social para que o dilúvio diário completamente confuso de informação sobre os riscos ambientais, tecnologias e iniciativas faça sentido. Contudo, e em simultâneo, o papel dos meios de comunicação social como um agente de educação ambiental e estabelecimento de agenda é bastante complexo” (HANNIGAN, 1995, p. 79). Mas,

“não é só o mundo dos leigos que depende da tradução mediática; a própria ciência precisa dos *media* para se afirmar e expandir. Como nota Feldman

(1993), a propósito justamente da complexidade (científica e técnica) dos problemas ambientais, *o saber científico tem que ser processado e traduzido pelos media para se tornar um facto social público relevante*” (SCHMIDT, 1999, p. 113).

Em suma, os *media* assumem um importante conjunto de funções enquanto veículos de divulgação e intermediação dos problemas ambientais. Para além da perspectiva dos *media* enquanto agentes de informação/socialização, encontramos também perspectivas que consideram que os *media* concorrem, a par de outras instâncias sociais, para a produção/construção social da realidade, para as visões que as pessoas partilham sobre o mundo. Não se limitam a transmitir informação, dão forma à realidade que tematizam, criando no seu discurso códigos de leitura, de significação e de interpretação sobre os conteúdos, o que remete para uma mediação interpretativa, na percepção do contexto sócio-político no qual é colocado o acontecimento (Paquete de Oliveira, 1991). Neste sentido, o trabalho dos *media* é fundamental na passagem da *difusão* seletiva dos acontecimentos (como o naufrágio de um petroleiro); à *tematização/labelling* dos acontecimentos (o naufrágio do petroleiro é um assunto de indústria de construção naval – segurança estrutural dos navios; de meteorologia – condições atmosféricas na origem do acidente; *ou ambiental – risco de poluição por derrame?*), incluindo o *labelling* retrospectivo de acontecimentos preexistentes à codificação do tema como problema social; e à sua *problematização*, ao valorarem os acontecimentos como indicadores de fenómenos subjacentes, merecedores de preocupação pública e de atenção política, e ao selecionarem e darem voz aos atores ou grupos de pressão problematizadores para formularem as suas alegações em comentário aos acontecimentos.

Contudo, por importante que seja a função dos *media* na construção dos problemas sociais, essa mediatização pressupõe a emergência, por um lado, de enunciadores que formulem as alegações do problema, sob a forma de atores isolados ou de grupos de pressão organizados; por outro, de grupos sociais mais vastos portadores dos valores e das orientações cognitivas para se constituírem como públicos eficientes do problema, isto é, partilharem suficientemente a crença nas disfunções alegadas para se agregarem numa preocupação coletiva perceptível no espaço público, através de mecanismos de participação coletiva (formação de associações, manifestações, iniciativas de alerta e de protesto, votações) ou de aferição (sondagens de opinião, estudos sociológicos, entre outros.), e para engrossarem as fileiras dos grupos de pressão organizados. Para uma dada temática de problematização, essa emergência de enunciadores e de públicos implica, do ponto de vista sociológico, pré-condições estruturais que criem efeitos de posição e de disposição para a percepção, a enunciação e a recepção do problema.

Por contraste aos movimentos sociais típicos da sociedade industrial, articulados em torno dos direitos de participação política e das condições materiais de vida, de trabalho e da distribuição do produto, o aparecimento nas sociedades ocidentais de novos

movimentos sociais, entre os quais os movimentos ambientalistas, ocorre na sequência de uma transição de valores materialistas para valores pós-materialistas, cuja abordagem foi especialmente desenvolvida por Ronald Inglehart. “As questões ambientais apenas podem ser entendidas se contextualizadas por exigências públicas de uma efetiva cidadania política, nas sociedades democráticas e de cultura pós-materialista” (COTGROVE E DUFF, 1980, p. 341).

Na década de 70, do século XX, Inglehart apresentou uma nova taxonomia de valores sociopolíticos que assenta na diferenciação entre valores materialistas e pós-materialistas, concluindo que nas sociedades ocidentais se estaria a verificar uma transição cultural. Os valores materialistas, que acentuam uma preocupação com os interesses tradicionais das políticas ocidentais, como a segurança económica, a estabilidade social, a luta contra o crime, dão lugar a valores pós-materialistas que mostram uma maior preocupação pela satisfação e a realização pessoal e dão grande ênfase na qualidade de vida e dos valores estéticos, entre os quais a preocupação com o ambiente, e a deslocação das conotações da esfera dos recursos económicos para as esferas estética, lúdica e ética. “Esta mudança parece dever-se aos níveis sem precedentes de segurança económica e física que prevalecem durante a era do pós-guerra” (INGLEHART, 1990, p. 66).

Esta transição de valores não traz consigo apenas a discussão de novos temas, como também dá um considerável impulso ao aparecimento de novos movimentos sociais. Mais, o “pós-materialismo parece ser apenas um aspeto de um processo de mudança cultural ainda mais amplo que está recriando e transformando as orientações religiosas, os papéis e os costumes sexuais e as normas culturais das sociedades ocidentais” (INGLEHART, 1990, p.66).

As mudanças acima referidas são desenvolvidas por Inglehart (1990), em torno de duas hipóteses: a da “escassez” e a da “socialização”. Na primeira, as prioridades de um indivíduo refletem o seu ambiente socioeconómico. Têm maior valor subjetivo as coisas relativamente escassas. Na segunda, a relação entre o ambiente socioeconómico não é imediata, verificando-se um desajustamento temporário substancial, dado que os valores básicos refletem em grande medida as condições predominantes desde a infância à maturidade. Assim, os indivíduos pertencentes aos estratos sociais economicamente mais favorecidos, tendem a preferir valores pós-materialistas. Por outro lado, as novas gerações, socializadas num ambiente de segurança e de bem estar, tendem igualmente a preferir este tipo de valores.

No estudo realizado, em 43 sociedades industriais avançadas, Inglehart, (1998) confirma que os valores básicos desse tipo de sociedade experimentaram um percurso intergeracional gradual durante as últimas décadas, e que os diferentes países evoluíram a diferentes velocidades. Contudo, as transformações económicas e tecnológicas influenciaram de modo semelhante estas sociedades. “Como implica a teoria da pós-modernização, o processo afeta a sociedade industrial avançada em geral” (INGLEHART,

1998, p. 172).

Habermas (1987) associa o aparecimento dos novos movimentos sociais, entre os quais o movimento ambientalista, a uma deslocação dos problemas, em paralelo com a transformação de valores tal como é explicitada na obra de Inglehart. Desenvolve uma classificação dos movimentos sociais modernos, descrevendo as suas origens estruturais e culturais, explicando o motivo por que alguns sectores específicos das sociedades modernas reagem mais à ameaça de colonização do mundo natural. Explicita ainda a forma política que esses movimentos adotam e as questões que tratam. Habermas estaria assim a dar resposta a um processo de transformação política amplamente observado, mas muito mal compreendido no Ocidente do pós-guerra: “o declínio secular de políticas de classes e a emergência de vários movimentos sociais mais recentes que diferem do movimento de trabalhadores, não só na composição social, mas também nas formas de organização, métodos de ação política e objetivos políticos”. (GOLDBLATT, 1996, p. 185). “A questão principal não se trata das compensações que o estado providência pode proporcionar, mas de defender e recuperar formas de vida ameaçadas” (HABERMAS, 1987, p. 392).

Na base destes novos movimentos, encontra-se um sector particular das sociedades modernas, composto por jovens, pessoas com maior nível de instrução e classes médias, como sendo mais suscetíveis a uma mudança de valores, como havia referido Inglehart. “Em termos de estatística social, a “velha política” é mais apoiada pelos patrões, trabalhadores e comerciantes de classe média, enquanto a nova política encontra maior apoio nas novas classes médias, na geração mais nova, e nos grupos com maior educação formal” (HABERMAS, 1987, p. 392).

Pode, assim, concluir-se que estas contribuições da teoria sociológica sobre o ambiente, a construção de problemas sociais, e as bases sociais do tipo de valores subjacentes à emergência de novos tipos de *problemas sociais*, em que se destaca o *problema ambiental*, perante a ocorrência de uma forte mediatização dos problemas que convoque protagonistas das diversas áreas, - científica, ambientalista, política...- nos permite sustentar a existência de uma legitimação e institucionalização do problema ambiental assente numa validação científica, numa divulgação eficaz e na existência de públicos receptores do problema, conferindo-lhe, assim, a condição de *problema social*, ganhando, por isso, relevância política e lugar na agenda dos decisores governativos.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1966.

CARVALHO, N. **Da Emergência do Problema Ambiental, à Emergência do Ambiente na Sociologia**. In Alexsandro, R. (Org) **SOCIOLOGIA: Das Ausências às Emergências**. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora. p. 83-97, 2021.

COTGROVE, S. e DUFF, A. "Environmentalism, Middle-Class, Radicalism and Politics", in *Sociological Review*, Vol. 28, nº2, 1980

FRANCO, L. **Por Entre as Linhas do Jornal – O Problema social das Drogas no Diário de Notícias (1974/1993)**. Dissertação em Sociologia, Lisboa: FCSH-UNL, 2003.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**, Oeiras: Celta, 1990.

GOLDBLATT, D. **Social Theory and the Environment**. Cambridge: Polity Press, 1996.

HABERMAS, J. **Théorie de L'Agir Communicationnel**. Paris: Fayard, 1987.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology - A Social Constructionist Perspective**. London, New York: Routledge, 1995.

HORTA, A. **Entre a Vida Selvagem e a Cidadania - A Mediação Televisiva e o Ambiente**. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, 1997.

INGLEHART, R. **Culture Shift, in Advanced Industrial Society**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. **Modernización y posmodernización - El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1998.

JAMROZIK, A. e Nocella L. **The Sociology of Social Problems – Theoretical Perspectives and Methods of Intervention**. Cambridge: University Press, 1998.

PAQUETE DE OLIVEIRA, J. **O Poder dos Media ou a Comunicação do Poder**, Coimbra: Via Latina, 1991

RODRIGUES, A. D. **O Campo dos Media**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

RUBINGTON, E. e Weinberg, M. S. **The Study of Social Problems – Seven Perspectives**. Oxford: University Press, 1995.

SCHMIDT, L. **Ambiente e Natureza no Ecrã: Emissões Televisivas, Remissões Culturais**. Dissertação em Sociologia, Lisboa: ISCTE, 1999.

SPECTOR, M. e KITSUSE, J. **Constructing Social Problems**. Menlo Park, Califórnia: Cummings Publishing Company, 1977.

YEARLEY, S. **A Causa Verde; uma sociologia das questões ecológicas**. Oeiras: Celta Editora, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cataki 61, 66, 67, 69, 70

E

Economia solidária 61, 66, 67, 69

Educação básica 11, 13, 21, 24, 25, 72

Exclusão digital 61, 62, 63, 68, 69

F

Formação dos estudantes 45

G

Gestão do conhecimento 38, 44

Globalização 38, 39, 44, 48, 50

I

Identidade nacional 1, 2, 8, 9, 10

L

Livros didáticos 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

P

Problema ambiental 27, 30, 31, 32, 36

Problema social 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37

R

Relações étnico-raciais 11, 18, 20, 22

S

Sociologia 1, 2, 10, 14, 25, 27, 29, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 69

Sociologia do conhecimento 14, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Sociologia dos problemas sociais 27, 29, 32

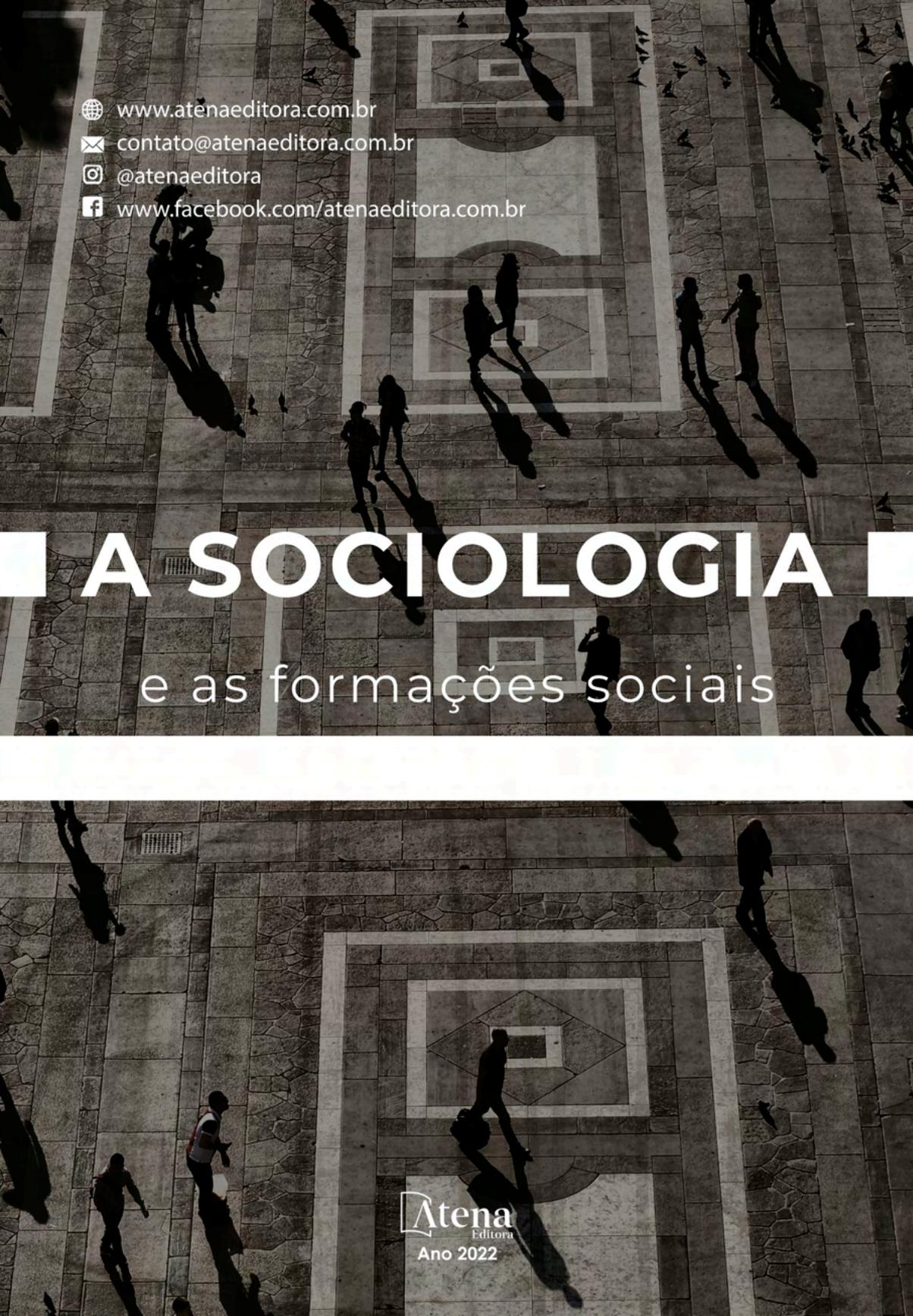


www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022



www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022